



**CAMPUS DE GUARABIRA
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA**

Linha de Pesquisa

Modernização Agrícola: reorganização espacial e relações de trabalho

MARIA MARCILIA SOARES VALÉRIO

**TERRITORIALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DOS ASSENTAMENTOS RURAIS
NO BRASIL: A EXPERIÊNCIA DO ASSENTAMENTO SANTA VERÔNICA,
DAMIÃO/PB**

**GUARABIRA
2012**

MARIA MARCILIA SOARES VALÉRIO

**TERRITORIALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DOS ASSENTAMENTOS RURAIS
NO BRASIL: A EXPERIÊNCIA DO ASSENTAMENTO SANTA VERÔNICA,
DAMIÃO/PB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura Plena em Geografia da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Licenciado em Geografia, sob orientação da Prof. Dra. Luciene Vieira de Arruda.

**GUARABIRA
2012**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA SETORIAL DE
GUARABIRA/UEPB

V164t

Valério, Maria Marcilia Soares

Territorialização e desenvolvimento dos assentamentos rurais no Brasil: a experiência do Assentamento Santa Verônica, Damião/PB / Maria Marcilia Soares Valério. – Guarabira: UEPB, 2012.

41f.:il.;Color.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Universidade Estadual da Paraíba.

Orientação Prof. Dr. Luciene Vieira de Arruda.

1. Questão Agrária 2. Assentamentos Rurais 3. Movimentos Sociais I. Título.

22.ed. CDD 333.31

MARIA MARCILIA SOARES VALERIO

TERRITORIALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DOS ASSENTAMENTOS RURAIS
NO BRASIL: A EXPERIÊNCIA DO ASSENTAMENTO SANTA VERÔNICA,
DAMIÃO/PB

BANCA EXAMINADORA

Luciene Vieira de Arruda

Prof. Dra. Luciene Vieira de Arruda.

Doutora em Agronomia – Universidade Federal da Paraíba
Prof.^a do Departamento de Geografia – Universidade Estadual da Paraíba
Orientadora

Belarmino Mariano Neto

Prof. Dr. Belarmino Mariano Neto

Doutor em Sociologia – Universidade Federal da Paraíba
Prof.^o do Departamento de Geografia da Universidade Estadual da Paraíba

Isabele Aparecida Gomes Pereira

Isabele Aparecida Gomes Pereira

Mestranda em Desenvolvimento Regional - Universidade Estadual da Paraíba

Aprovada em 28 / 11 / 2012.

**A todos que estiveram comigo nesta caminhada e me fizeram forte o bastante
para assim poder concluí-la.
Dedico.**

AGRADECIMENTOS

Agradeço sobretudo a Deus, pelo dom da vida e por todas as missões a mim confiadas, na qual tenho certeza que se faz presente em todas elas.

A todos os meus familiares, em especial aqueles que estão sempre presentes me doando paciência e acima de tudo amor: minha amada mãe *Honorina*, meu estimado pai *Antônio*, meus admiráveis irmãos *Maricélia*, *Marcos*, *Martinele* (*in memoria*, que partiu repentinamente, nos deixando uma imensa dor e grande saudade no dia 28/08/2012) e *Maraisa*, em particular, pela amizade, força e companheirismo em todas as madrugadas de estudo.

A meu esposo *Jerônimo Freire* e meu querido filho *Luis Armando*, agradeço pela paciência, em todos os momentos de estresses, falta de tempo e correria constante, sem a compreensão de vocês muito não teria sido realizado.

Aos queridos amigos da jornada geográfica da turma 2009.1 agradeço por cada momento compartilhado, *Edmara*, *Nadja*, *Rosilene*, *Luzinete*, *Geraldo*, *Thamires*, *Thiene*, *Wlysses*, *Eudes*, *Juliene*, *Antevâneo* e especialmente *Rubênia*, uma grande amiga, que se fez presente em muitos momentos dessa jornada, dividindo grandes emoções e superando desafios.

Ao Estado agradeço por possibilitar o meu ingresso à universidade, através da Geografia, na qual me fez conviver com pessoas especiais, em particular os funcionários da *Universidade Estadual da Paraíba - Campus de Guarabira*.

À minha querida orientadora *Dra. Luciene Vieira de Arruda*, agradeço pelo exemplo de pessoa e profissional, que me dedicou atenção, paciência e principalmente ensinamentos que levarei para vida toda.

Aos membros da banca examinadora, *Prof. Belarmino Mariano Neto* e *Isabele Aparecida Gomes Pereira*, agradeço pela disponibilidade que tiveram para analisar meu trabalho.

Enfim, a todos os amigos e amigas, caroneiros e caroneiras da vida, que estiveram ligados de maneira direta ou indireta à realização dessa conquista, aqui expresso o meu imenso orgulho de ter convivido um pouco com cada um, que em suas singularidades me fizeram perceber que muitos desafios que “ontem” pareciam impossíveis, “hoje” se concretizaram e se tornam realidade, graças aos nossos esforços. A TODOS, O MEU IMENSO OBRIGADA!

Não há transição que não implique um ponto de partida, um ponto de chegada.
Todo amanhã se cria num ontem, através de um hoje.
De modo que o nosso futuro baseia-se no passado e se corporifica no presente.
Temos de saber o que fomos e o que somos para saber o que seremos.

Paulo Freire

SUMÁRIO

RESUMO.....	08
1 INTRODUÇÃO.....	11
1.1 MATERIAIS E MÉTODOS.....	12
2 REVISÃO DE LITERATURA.....	14
2.1 RAIZES DO PROBLEMA AGRÁRIO NO BRASIL: BREVE HISTÓRICO.....	14
2.2 MOVIMENTOS SOCIAIS NO CAMPO: A LUTA PELA TERRA NO BRASIL.....	17
2.3 ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA: A RESPOSTA DA LUTA SOCIAL NO BRASIL.....	20
3 RESULTADOS E DICUSSÕES.....	22
3.1 CARATERISTICAS GEOAMBIENTAIS DO ASSENTAMENTO SANTA VERÔNICA.....	22
3.2 ASPECTOS HISTÓRICOS DO PROJETO DE ASSENTAMENTO SANTA VERÔNICA.....	25
3.3 DIAGNÓSTICO SOCIO-ECONÔMICO DOS TRABALHADORES DO PROJETO DE ASSENTAMENTO SANTA VERÔNICA.....	28
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	36
REFERÊNCIAS.....	38
ANEXOS.....	40
Anexo A – Modelo de Questionário/diagnóstico do assentado.....	41

043 – GEOGRAFIA

TÍTULO: Territorialização e Desenvolvimento dos Assentamentos Rurais no Brasil: a experiência do Assentamento Santa Verônica, Damião/PB.

LINHA DE PESQUISA: Modernização agrícola: Reorganização Espacial e Relações de Trabalho.

AUTORA: Maria Marcilia Soares Valério.

ORIENTADORA: Prof.^a Dr. Luciene Vieira Arruda – CH/UEPB

EXAMINADORES: Prof. Dr. Belarmino Mariano Neto – CH/UEPB

Mestranda Isabele Aparecida Gomes Pereira – CH/UEPB

RESUMO:

A questão agrária brasileira é um dos exemplos mais característicos da natureza conservadora do país. Dentre as questões voltadas aos constantes embates e/ou entraves sociais no Brasil o presente trabalho traz uma abordagem a respeito do espaço agrário brasileiro, em torno das questões fundiárias envolvidas sob os núcleos dos movimentos sociais no campo e assentamentos rurais no Brasil. Nesta perspectiva, o estudo consiste numa análise a respeito do processo de territorialização e dinâmica de desenvolvimento do trabalho e da produção agrícola no Assentamento Santa Verônica, que está localizado no município de Damião/PB com uma área total de aproximadamente 1109 ha de terras distribuídas entre 50 famílias assentadas, com lotes agrícolas de 12 ha mais a parcela comum entre os assentados, que compõe a agrovila. A concretização da pesquisa se deu por meio das etapas de campo e gabinete, em que se realizaram os levantamentos e considerações a respeito das questões históricas, políticas e sociais da área. No campo foram feitas as observações e entrevistas com os moradores do assentamento, realizadas entre os meses de setembro e outubro de 2012. Deste modo, observamos que a territorialização da reforma agrária realizada nas terras do assentamento Santa Verônica foram concretizadas, porém salientamos que essa medida não foi o suficiente, uma vez que a reforma agrária não se remete apenas à distribuição e/ou retalhamento da terra, ela vai muito mais além. As dificuldades enfrentadas pelas famílias assentadas estão ligadas principalmente às questões agrícolas de produção, da qual eles são totalmente dependentes. A necessidade de assistência técnica e apoio governamental são imprescindíveis para a área, uma vez que é por meio destes que os assentados podem desenvolver, de forma coletiva, estratégias de ação que levem as famílias assentadas a suprir as necessidades dos próprios envolvidos no projeto.

Palavras-chave: Questão agrária, movimentos sociais, assentamentos rurais.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Localização do município de Damião/PB.....	22
Figura 02: Localização do Projeto de Assentamento Santa Verônica em relação aos municípios de Damião e Cacimba de Dentro, Paraíba.....	23
Figura 03: Mapa geológico de Damião/PB.....	24
Figura 04: Planta do Assentamento Santa Verônica, Damião/PB.....	26
Figuras 05 e 06: Aspectos das residências construídas na Agrovila do Assentamento Santa Verônica, Damião/PB.....	26
Figuras 07 e 08: Projetos de construção de cisterna e bovinocultura realizada no assentamento Santa Verônica, Damião/PB.....	27
Figuras 09 e 10: Aspectos estereótipos da EMEF Francisco Dero dos Santos Filho, construída no Assentamento Santa Verônica, Damião/PB.....	28

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Tempo de moradia das famílias no Projeto de Assentamento Santa Verônica, Damião/PB.....	30
Gráfico 02: Motivos que levaram os entrevistados a morar no Assentamento Santa Verônica, Damião/PB.....	31
Gráfico 03: Opinião dos assentados sobre os benefícios trazidos pelo Assentamento Santa Verônica para as famílias do projeto.....	32
Gráfico 04: Principais atividades agrícolas desenvolvidas no Assentamento Santa Verônica, Damião/PB.....	33
Gráfico 05: Renda Mensal das Famílias do Assentamento Santa Verônica, Damião/PB.....	34

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Assentamento Santa Verônica, Damião/PB - Listagem das famílias entrevistadas e respectivos números de moradores por casa.....	29
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CPT – Comissão Pastoral da terra

CPRM – Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MST – Movimento Sem terra

NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária

PB – Paraíba

PA – Projeto de Assentamento

RA – Reforma Agrária

1 INTRODUÇÃO

A questão agrária brasileira é um dos exemplos mais característicos da natureza conservadora do país. Essa questão tem se desenvolvido por entre os séculos sob o comando do capitalismo, que aparece insistentemente na história do país, desde a gênese de sua colonização (BUAINAIN, 2008).

Apesar das inúmeras modificações (econômicas, políticas e sociais) pelas quais o Brasil tem passado nos últimos anos, as formas de propagação de injustiças que são intensamente disseminadas pelo seu território, seguem provocando confrontos e interesses de classes, que compreendemos aqui como problemas referentes à questão agrária no país (ANDRADE, 2005).

A reforma agrária (RA), nesta perspectiva, surge como uma discussão necessária, em meio a esse cenário, na qual Martins (2000, p 107) a define como “todo ato tendente a desconcentrar a propriedade da terra quando esta representa ou cria um impasse histórico ao desenvolvimento social baseado nos interesses pactados da sociedade”.

Na Paraíba, onde acontece o maior enfoque de nossa pesquisa, essas questões não se desenvolvem de maneira diferente, e a reforma agrária ainda representa fator essencial às mais significativas mudanças no estado que apresenta forte predominância de latifúndios, e registra elevados índices de concentração de terras (BUAINAIN, 2008).

Assim, a partir da reorganização do espaço brasileiro que são criados os assentamentos de reforma agrária no país, caracterizando parte essencial do processo de “criação de novas unidades de produção agrícola, por meio de políticas governamentais visando o reordenamento do uso da terra, em benefício de trabalhadores sem terra ou com pouca terra” (BERGAMASCO; NORDER, 1996 p. 7).

Segundo o Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA (2010), no Brasil estão registrados 8.620 assentamentos, com 1.015.918 famílias assentadas. O Nordeste é a região do país que possui o maior número de assentamentos e representa 46% da área total, com cerca de 3.964 assentamentos. Na Paraíba são 271 assentamentos rurais, com 14.037 famílias assentadas, numa área de 256.156 ha. Tais números justificam a relevância do estudo dos assentamentos rurais nesta região.

Deste modo, evidenciar o espaço agrário dos assentamentos rurais significa observar as características da territorialização da reforma agrária no Brasil, que adquiriu espaço e passou a compor organizações específicas através das relações de poder efetivadas por meio da estrutura e da identidade própria de cada território (MOREIRA et al., 2004).

Nesta perspectiva, dúvidas referentes aos assentamentos rurais são pertinentes à nossa pesquisa, em que nos questionamos: Será que os assentamentos rurais têm conseguido causar a interação do homem com o campo oferecendo-lhes subsídio para mantê-los nesses espaços de vivência? Os programas de assentamentos oferecidos pelo Estado conseguem suprir as necessidades do homem no campo assegurando-lhes o direito de morar, produzir e trabalhar no que lhes pertence? Os assentamentos rurais ainda representam a melhor estratégia para promover a reforma agrária no país?

Assim, o presente estudo se reveste de uma importância teórico-acadêmica bastante significativa, uma vez que o mesmo fornece informações relevantes que podem fomentar a ampliação de pesquisas e projetos que beneficiem o desenvolvimento dos assentamentos rurais, em particular o Projeto Assentamento Santa Verônica, Damião/PB. Logo, a pesquisa contribui para conhecermos melhor, não só a área, mas o todo relacionado à implantação do PA, na vida dos assentados, município e comunidades vizinhas.

Neste contexto, o trabalho tem o objetivo de conhecer o processo de territorialização e a dinâmica de desenvolvimento do trabalho e da produção agrícola do Assentamento Rural Santa Verônica, localizado no município de Damião/PB. A proximidade com a temática se deu através da Disciplina Geografia Agrária, na linha de pesquisa *Modernização Agrícola: reorganização espacial e relações de trabalho*, que despertou o desejo de pesquisar os espaços rurais dos assentamentos como possibilidade de observar os processos de recriação da vida, as relações de trabalho e as formas de produção agrícolas particulares destes territórios.

1.1 MATERIAIS E MÉTODOS

Para fundamentar teoricamente a pesquisa o método adotado foi o Materialismo Histórico Dialético. O presente método teve como principal mentor o teórico Karl Marx, e pode ser definido como o “modo de se pensar as contradições

da realidade, o modo de se compreender a realidade como essencialmente contraditória e em permanente transformação” (MENDONÇA, 1998, p.42).

Nesta perspectiva, a presente pesquisa tem um caráter quali-quantitativa, em que os dados foram analisados e qualificados sobre uma leitura dialética que considera o histórico da relação sociedade, alcançados por meio da pesquisa de gabinete e o trabalho de campo que foram essenciais a designação da pesquisa.

Os levantamentos bibliográficos foram realizados junto à biblioteca da Universidade Estadual da Paraíba, assim como também, através da internet com consultas aos sites: Scielo, NERA, Data-Luta, a CPT, o MST, e outros;

O trabalho de campo, realizado “in loco”, foi fundamental para conhecimento da área, assim como, para fazer um resgate da história do mesmo, a partir da realização de entrevistas e participação na vivência no assentamento, que possibilitou a aplicação de um questionário, com uma amostra de 30 famílias, representando 60% das famílias do assentamento.

A sistematização das informações foi realizada, a partir da recuperação do histórico econômico, político e social das famílias do assentamento, que constaram com informações importantes para a tabulação de dados.

A documentação fotográfica para servir como elemento ilustrativo do estudo em que foi levantada no período de reconhecimento da área da pesquisa, assim como nas constantes visitas ao assentamento Santa Verônica, Damião/PB.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Fazer contextualizações em torno da questão agrária brasileira é pertinente, pois é por meio destas que podemos discutir a problemática agrária do país, e assim tecer nossos resultados, subsidiados por pesquisas já realizadas.

Deste modo, esta revisão de literatura encontra-se dividida em três itens, em que no primeiro consta uma breve abordagem do problema agrário no Brasil, o segundo traz informações referentes às organizações dos movimentos sociais de luta nos campos brasileiros e o terceiro aborda os assentamentos rurais como territórios de resposta às lutas, em favor da reforma agrária no Brasil.

2.1 RAIZES DO PROBLEMA AGRÁRIO NO BRASIL: BREVE HISTÓRICO

As discussões em torno da questão agrária e a luta pela terra no território brasileiro não se estabelece como uma discussão recente. Resultado de um longo processo de colonização, os problemas agrários no Brasil constituem heranças de bases coloniais que data mais de 500 anos de história de subordinação da terra e do trabalho com a monocultura no campo.

O processo de ocupação deste território, como já se sabe, se deu através de colonos portugueses que chegaram e ocuparam as terras brasileiras, inserindo o sistema de divisão de terras conhecidos como as capitanias hereditárias e sesmarias, disseminando o problema do latifúndio no Brasil, assim como nos salienta Andrade (2008, p. 131):

Buscando ampliar ao máximo seus limites territoriais, os portugueses implantam um regime de sesmarias que possibilitou a ocupação de toda a costa do Brasil a partir de enormes extensões de terras concentradas em poucas mãos – as bases do latifúndio (ANDRADE, 2008 p.131).

Por meio deste sistema de divisão de terras, adotado pelos portugueses, a questão da concentração da terra no Brasil se agrava e vem se estendendo por longos períodos da história país, afetando diretamente na estrutura fundiária do mesmo que se encontra altamente concentrada nas mãos de uma pequena minoria de grandes latifundiários.

De acordo com Girardi (2008), a estrutura fundiária brasileira revela grandes consequências sobvindas deste processo de formação, no qual é extremamente influenciador, prevaleceu por períodos subsequentes, chegando ao século XXI sem causar maiores modificações no quadro fundiário do país.

Para Andrade (2005, p.64)

O mais grave problema ligado à Questão Agrária é o referente à questão fundiária. (...), observa-se que há grande concentração da propriedade da terra em mãos de latifundiários, que ora são pessoas físicas, ora são sociedades anônimas (ANDRADE, 2005, p.64).

Sobre essa conjuntura fundiária que agrava o quadro das desigualdades no país, entendemos que o capitalismo é o principal precursor, em que este produz contradições que estão simultaneamente no mesmo espaço, onde a concentração da riqueza e a expansão da pobreza são produzidas por esse sistema desde a gênese da colonização do país.

Segundo Martins (2000, p. 100), a questão agrária no Brasil se edificou da seguinte maneira:

Aqui, o grande capital se tornou proprietário de terra, especialmente com os incentivos fiscais durante a ditadura militar. Antes disso, em muitas regiões do Brasil, grandes proprietários de terra haviam se tornado empresários capitalistas, tanto na região canvieira do Nordeste quanto na região cafeeira do Sudeste.(...) Por outro lado, já na ditadura militar, com a política de incentivos fiscais, o capital personificado pelo capitalista, por aquele que pode tomar consciência das contradições que perturbam a reprodução ampliada do capital, foi compensado das irracionalidades da propriedade da terra como titular de renda fundiária. Essas situações, que são as do nosso país (...) na extensão necessária a que a contradição entre capital e terra se manifestasse à consciência das diferentes classes sociais como oposição de interesses e irracionalidade que bloqueia o desenvolvimento econômico e social (e político!) (MARTINS, 2000, p.100).

Um fator relevante no histórico consolidado da alta concentração da propriedade da terra no Brasil foi instigado no país em 1850, ano em que foi promulgado a *Lei de Terras*¹ que favoreceu um pequeno grupo de indivíduos que puderam perpetuar e garantir a concentração e monopolização dos latifúndios improdutivos no país (LIMA, 2006).

A partir da promulgação da referida lei, a terra passa a ser tratada como mercadoria e perde o seu sentido coletivo e social, influenciado pela ascensão do

¹ Lei 601, de 18 de setembro de 1850, que entrou em vigor pelo Regulamento 1.318, de 30 de janeiro de 1854.

capitalismo no campo, que favorece uma distribuição de terras de forma injusta em benefício de poucas pessoas (MARTINS e VANALLI, 2004).

Vale ressaltar que em muitos casos, a consolidação do atual quadro fundiário do país se deu através de formas fraudulentas de posses de terras² que foram adquiridas e mantidas somente pelo caráter especulativo, configurando a acumulação de latifúndios conservados apenas para garantir status e privilégios aos proprietários que destas terras “usufruía”.

Nesse contexto, Veiga (2007 p.15) enfatiza:

(...) por força da grande concentração da propriedade fundiária que caracteriza a economia agrária brasileira, bem como das demais circunstâncias econômicas, sociais e políticas que direta ou indiretamente derivam de tal concentração, a utilização da terra se faz predominantemente e de maneira acentuada, em benefício de uma reduzida minoria (VEIGA, 2007, p. 15).

Outro fator importante deste histórico é o processo de industrialização e modernização da agricultura no campo, que aparece como co-autora da perpetuação e vivência dos grandes latifúndios no Brasil, uma vez que esta foi realizada de maneira desigual e favoreceu a concentração, expropriação e exclusão de grande parte da sociedade.

Sobre isso Costa (2010, p.154) enfatiza:

No caso do espaço brasileiro, pode-se afirmar que a modernização da agricultura foi bastante seletiva, atingindo de forma desigual algumas regiões, alguns produtos e alguns atores sociais (...) houve um maior incentivo às chamadas culturas industriais de exportação (cana-de-açúcar, algodão, milho, soja, café, fumo, frutas tropicais, etc.) (...) esse processo beneficiou apenas os atores sociais detentores de grande poder político e econômico (latifundiários), jogando para a marginalidade milhares de famílias camponesas (COSTA, 2010, p.153).

Devido à falta de modificações no quadro fundiário do país, esse fato promove na sociedade certa “conflitualidade e desenvolvimento, manifestados

² Entendemos como posses fraudulentas de terras documentos ilegais que usavam para legitimar a posse da terra através da grilagem. Segundo Andrade (2008, p. 139) grilagem consiste no método ilegítimo da legalidade que “vem do costume adotado naqueles tempos para o envelhecimento de um documento falsificado, em que o documento era colocado em um recipiente com grilos vivos: enquanto os insetos estavam vivos, iam alimentando-se do papel, comendo suas bordas, e depois, quando morriam, liberavam substâncias que amarelavam o papel, dando ao documento a aparência de antigo”.

através de relações sociais distintas, que constroem territórios diferentes em confronto permanente” (FERNANDES, 2008, p.178).

Neste contexto, as conflitualidades surgem com o propósito de resistência nestes territórios, em que:

A conflitualidade é uma propriedade dos conflitos e está relacionada, essencialmente, à propriedade da terra, à renda da terra, à reprodução do capital, conseqüentemente à concentração da estrutura fundiária a aos processos de expropriação dos camponeses e assalariados por diversos meios, escalas e bases sociais, de cunho técnico, econômico e político. A resposta é a luta, a reforma, a resistência na terra e a perspectiva de superação da Questão Agrária (FERNANDES, 2008, p. 199).

Em resposta a todos esses processos, observa-se um grande avanço dos trabalhadores e trabalhadoras do campo, e das cidades, que foram obrigados a tomar decisões que viessem favorecê-los e levá-los á (re)tomada de seus territórios, criando assim, uma dinâmica social permeada por disputas, embates e conflitos, ou seja, as relações de poder nos territórios.

Através de organizações estes trabalhadores buscam modificações que possam transformar o individual em coletivo e o privado em público. Uma Luta em favor da democratização dos seus direitos pelo acesso à terra como fator essencial à conquista por melhores condições de vida (GOHN, 2011).

2.2 MOVIMENTOS SOCIAIS NO CAMPO: A LUTA PELA CONQUISTA DA TERRA NO BRASIL

Os constantes conflitos pelo desenvolvimento do homem no campo e sua propagação de luta pela conquista da terra é um dos fatores mais evidentes dos movimentos sociais no campo, uma vez que este fato é concretizado a partir da problemática da questão agrária no Brasil, que nasceu apoiada sobre as contradições estruturais do capitalismo (FERNANDES, 2008).

Sobre a perspectiva dos conflitos sociais de luta pela terra, a discussão do território é considerada parte essencial neste panorama, no qual é entendido como uma categoria de análise da Geografia e aparece neste contexto, como “o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as

forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência” (SANTOS, 2007, p 13).

O território, neste cenário de lutas, aparece como palco das relações de poder, em que “agentes diversos se digladiem, traçam estratégias no sentido de legitimar ou subverter as imposições ocupadas, configurando uma luta pela produção e imposição da visão legítima” (CAUME, 2006, p. 13), na qual faz do território usado o alicerce do trabalho e o lugar de resistência das relações sociais, políticas e econômicas, conformando a territorialidade do homem no espaço.

Com uma grande extensão de terras apropriadas para o desenvolvimento das atividades agrícolas no campo, pobres e expropriados constituem grande parcela da sociedade brasileira que vive em condições precárias e impróprias as necessidades de sobrevivência de cada um.

Assim, os movimentos sociais de luta pela terra começaram a aparecer em um momento de forte expansão da agricultura fundiária, em que trabalhadores rurais eram expropriados e expulsos de suas terras, por meio do monopólio desta, através de posses fraudulentas de terras (GIRARDI, 2008).

Em consequência a estes acontecimentos, nasce às primeiras organizações dos movimentos sociais no campo, e conseqüentemente, a luta pela reforma agrária no Brasil, que segundo Veiga (2007, p.7) constitui “a modificação da estrutura agrária de um país ou região, com vista a uma distribuição mais equitativa da terra e da renda agrícola”.

Por volta da década de 50 constatou-se no Brasil a organização de Associações apoiadas no código Civil. Esses movimentos de trabalhadores do campo, articulados, buscavam a unificação de suas ações pela conquista do mesmo objetivo, ou seja, luta pela terra e reforma agrária (ANDRADE, 2000).

Sobre a necessidade de uma Reforma Agrária Veiga (2007, p.73) afirma:

A fim de superar a atual situação de subdesenvolvimento crônico, de profunda instabilidade econômica, política e social, sobretudo pra deter a miséria e a fome crescentes e elevar o baixo nível do povo em geral e melhorar as insuportáveis condições de vida e trabalho a que estão submetidos os camponeses, torna-se cada vez, mas urgente a imperiosa necessidade da realização de uma reforma agrária que modifique radicalmente a atual estrutura agrária e as relações sociais imperantes no campo (VEIGA, 2007, p. 73).

No Nordeste, os movimentos reivindicatórios dos trabalhadores rurais foram organizados e reconhecidos por volta de 1954, especificamente no Estado de Pernambuco, como movimento social em massa, de caráter sindical, com objetivos de lutas e conquistas pelo homem do campo.

Em meados da década 80, precisamente no ano de 1984, o MST – Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra surge como organização e representação em nível nacional. Hoje, o MST ocupa 24 estados brasileiros, com exceção do Acre e Rondônia, podendo ser considerado a organização de trabalhadores mais estruturada do país³.

Essas organizações se estabeleceram a partir do momento em que houve o comprometimento dos envolvidos na difusão dos objetivos de luta em busca da desapropriação dos imóveis, difundindo a reintegração do trabalhador rural nas áreas de conflito e lutando por outras questões como: saúde, educação, terra, trabalho, pão, violência, e outros.

Através do Estatuto dos Trabalhadores Rurais (EJR) Nº. 4214, de março de 1963, os movimentos dos trabalhadores do campo conseguiram a consolidação de alguns direitos, por meio dos sindicatos em nível municipal, estadual e nacional (ANDRADE, 2000). Por meio desses sindicatos os movimentos sociais conseguiam mobilizar os interessados a enfrentar uma luta séria, a fim de fazer valer os direitos que até então haviam conquistado.

Vale ressaltar que a Igreja Católica, por sua vez, contribuiu muito ao integrar-se à luta junto aos trabalhadores rurais. Foi a partir desta decisão que a igreja conseguiu constituir apoio eficiente frente aos conflitos, dando sustentação às ações que fortalecem essas organizações sociais de luta pela terra. À exemplo de apoio, a Igreja criou a Comissão Pastoral da Terra (CPT) em defesa dos pobres da terra, em período integral.

Deste modo, analisa-se que trabalhadores rurais se organizam e articulam-se em forma de movimentos sociais, visando a superação das desigualdades e defeitos da má estrutura da formação fundiária brasileira, em que são tomadas medidas para que haja a (des)concentração das propriedades rurais com a proposta de reforma agrária e a expectativa de construir uma nova sociedade, de forma que os assegure o direito de morar, trabalhar e produzir no que lhes pertence.

³ Informação concedida pelo Diretor regional do MST de Pernambuco em 08 de abril de 2010.

2.3 ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA: A RESPOSTA DA LUTA SOCIAL NO BRASIL

A fim de superar o modelo tradicionalista de colonização, os assentamentos de reforma agrária no Brasil surgem com o propósito de configurar significativas alterações no quadro fundiário do país, e a intensificar a construção de novos territórios, por sua vez, potencializado por conquistas resultantes das ações reivindicatórias dos movimentos sociais no campo.

Sobre a construção de novos territórios, entendemos os assentamentos rurais como o resultado dos constantes embates das lutas de classes no Brasil (movimentos sociais x burguesia agrária), que consiste um produto concreto do processo da luta e do poder, criados por meio da ativação das relações sociais que se deram, e/ou se dão nestes espaços conquistados, por meio de organizações particulares destes territórios.

Neste sentido, Moreira et al. (2004) ressaltam:

a fração do território conquistado pelo trabalhador representa uma porção do espaço social que a partir de então se (re)organizará com base no trabalho familiar. A forma de organização dessa porção do espaço social constituído a partir da luta pelo direito à terra apresenta particularidades. Se, de um lado, incorpora o crescimento político do trabalhador adquirido por seu envolvimento nos movimentos sociais e após a conquista da terra, de outro, ela reflete as influencias culturais e ideológicas herdadas, ou, ainda, a subordinação ou cooptação pelos esquemas locais (MOREIRA et al., 2004, p 94).

A territorialização dos assentamentos rurais no Brasil é fruto de intensas reivindicações populares, em que trabalhadores rurais impulsionam e intensificam a luta pela terra, tornando essa fração do território um “campo marcado por relações de força, de disputa entre diferentes agentes que trabalham material e simbolicamente no sentido de produzir esse espaço” (CAUME, 2006, p.11).

Segundo o autor supracitado, os processos de implantação dos assentamentos rurais no Brasil tem seu marco institucional na década de 1980, na qual as políticas de assentamentos são assinaladas como estratégia de reorientação da estrutura do espaço agrário brasileiro, por meio da reforma agrária, operacionalizada pela criação dos chamados “projetos de assentamentos”.

A atuação do Estado relacionado à questão agrária brasileira reproduz a lógica da “política de colonização” do período militar, onde os assentamentos, eram e, ainda são efetuados, sobretudo nas regiões de terras novas, de menor desenvolvimento econômico e, conseqüentemente, onde o preço da indenização a ser pago ao proprietário é menor. A falta de interesse político do Estado inviabiliza a reforma agrária no país, e demonstra o grande descaso dos setores dominantes com os interesses de grande parte da população brasileira. Neste contexto, Bergamasco e Norder (2006) apud Pereira (2009, p.28) enfatizam:

O processo de implementação dos assentamentos rurais no Brasil segue uma lógica de concretização propiciada pelos projetos de colonização idealizados durante o regime militar, pelos reassentamentos de centenas ou milhares de famílias atingidas pelos impactos provocados pela construção de barragens para usinas hidrelétricas, pelos planos de valorização de terras públicas, pelos programas de reforma agrária baseados no Estatuto da Terra, que viabilizavam a desapropriação de terras devolutas por interesse social e ainda pela criação de reservas extrativistas que possibilitavam a exploração racional dos recursos naturais, principalmente da região amazônica, por seringueiros locais (BERGAMASCO e NORDER, 1996 apud PEREIRA, 2009, p. 28).

Nesta perspectiva, a criação dos assentamentos rurais no Brasil, na maioria dos casos, não supre todas as necessidades destes grupos que lutam por melhorias, uma vez que o Estado precisa oferecer suporte para a consolidação do assentamento rural, tendo em vista que o mesmo adquire as características do grupo que nele se encontra.

Desta maneira, os assentamentos rurais adquirem especificidades, e os constantes conflitos proeminentes destes territórios não se acabam no momento da conquista pela parcela do território, mas vão além, pois remetem à necessidade de novas conquistas que são idealizadas e confirmadas ainda por meio da luta que é objetivada pela ânsia de melhores condições de vida para um setor da sociedade que vive norteado pela procura de bens e serviços que a legislação determina como um dever do Estado para os assentamentos e assentados.

3 RESULTADOS E DICUSSÕES

Os elementos geoambientais e o processo histórico do Projeto de Assentamento Santa Verônica em Damião/PB aparecem como informações importantes para o desenvolvimento da pesquisa. Assim, fazer considerações referentes a tais elementos são necessários, pois possibilita conhecer e diferenciar a área, levando em consideração essas características para entender a dinâmica social dos elementos presentes na área de estudo.

3.1 CARACTERÍSTICAS GEOAMBIENTAIS DO ASSENTAMENTO SANTA VERÔNICA, DAMIÃO/PB.

O Projeto de Assentamento Santa Verônica está localizado no município de Damião/PB. Segundo a Embrapa (2012) o município situa-se na mesorregião do agreste da Borborema, entre as coordenadas geográficas 6° 36' 10" de latitude sul e 35°56'12" de longitude oeste no estado da Paraíba (figura 01).

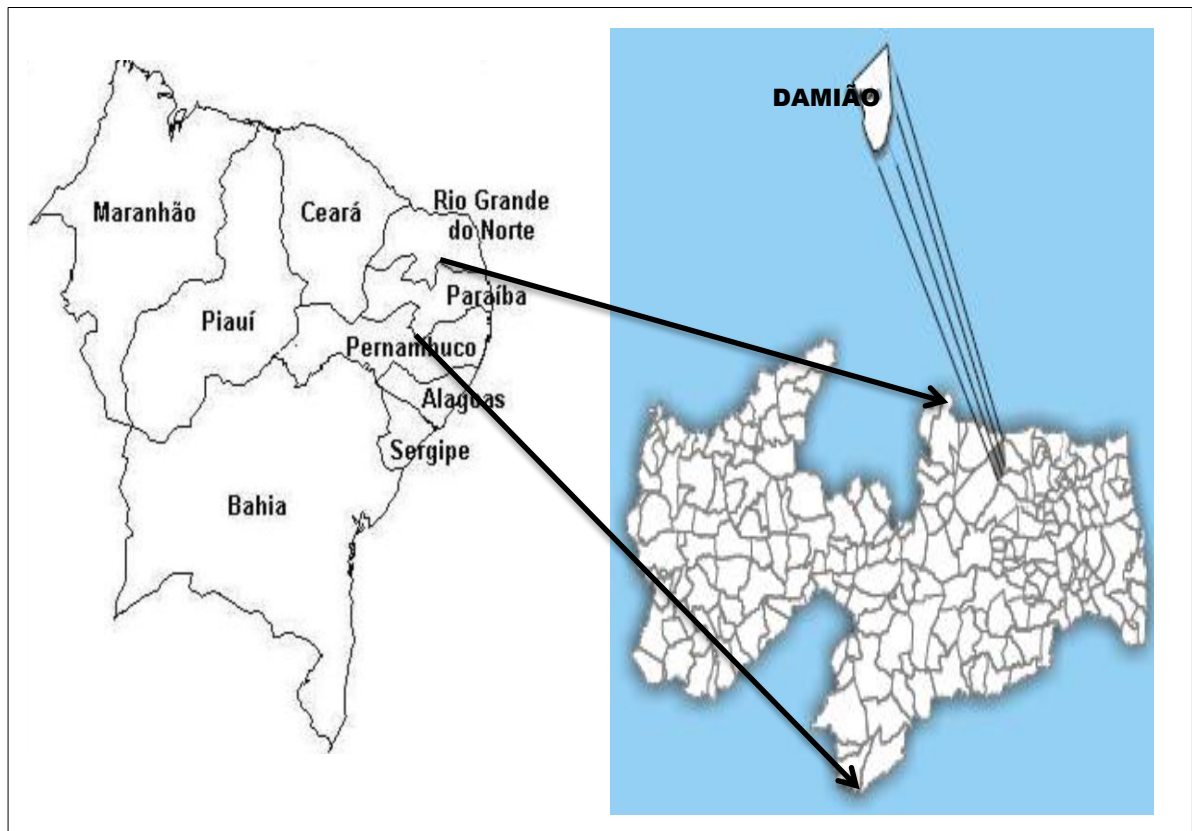


FIGURA 01: Localização do Município de Damião/PB.
FONTE: Embrapa 2012; CPRM, 2005 (adaptado).

O Projeto de Assentamento Santa Verônica está situado na divisa dos municípios de Damião e Cacimba de Dentro, respectivamente localizado nas microrregiões do Curimataú Ocidental e Curimataú Oriental do estado.

A localidade estudada possui uma área total de aproximadamente 1109 ha de terras, distribuída entre 50 famílias assentadas, com lotes agrícolas de 12 ha mais a parcela comum entre os assentados que compõe a agrovila, onde estão construídas as suas casas, além das áreas de reserva ambiental (Figura 02).

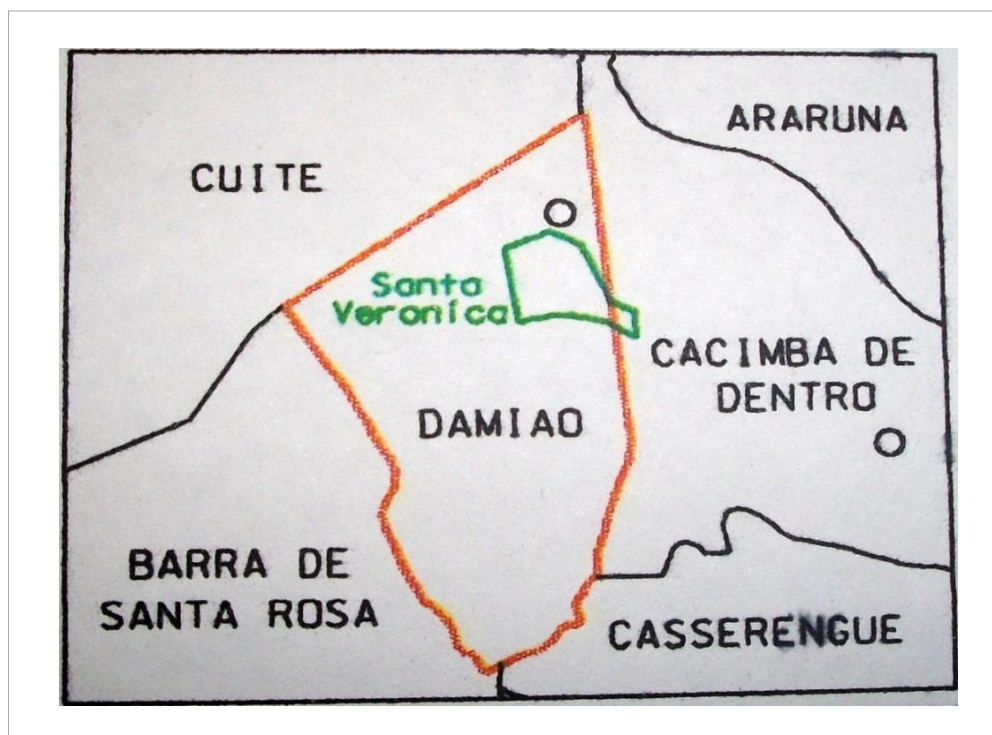


Figura 02: Localização do Projeto de Assentamento Santa Verônica em relação aos municípios de Damião e Cacimba de Dentro, Paraíba.

Fonte: INCRA, 2002 (adaptado).

Segundo a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM (2005), o município de Damião, encontra-se geologicamente inserido na província geológica da Borborema, formado a partir das Eras Neoproterozóica e Paleoproterozóica. A Era Neoproterozóica apresenta as formações mais recentes do município, constituídas pela Suíte shoshonítica ultrapotássica (NP3y3sk), os Granitóides indiscriminados (NP3yi) e materiais de origem granítica. A Era Paleoproterozóica é formada pelo Complexo Santa Cruz (PP2y3c), (PP2y3p), que aparece como as formações mais antigas do município (figura 03).

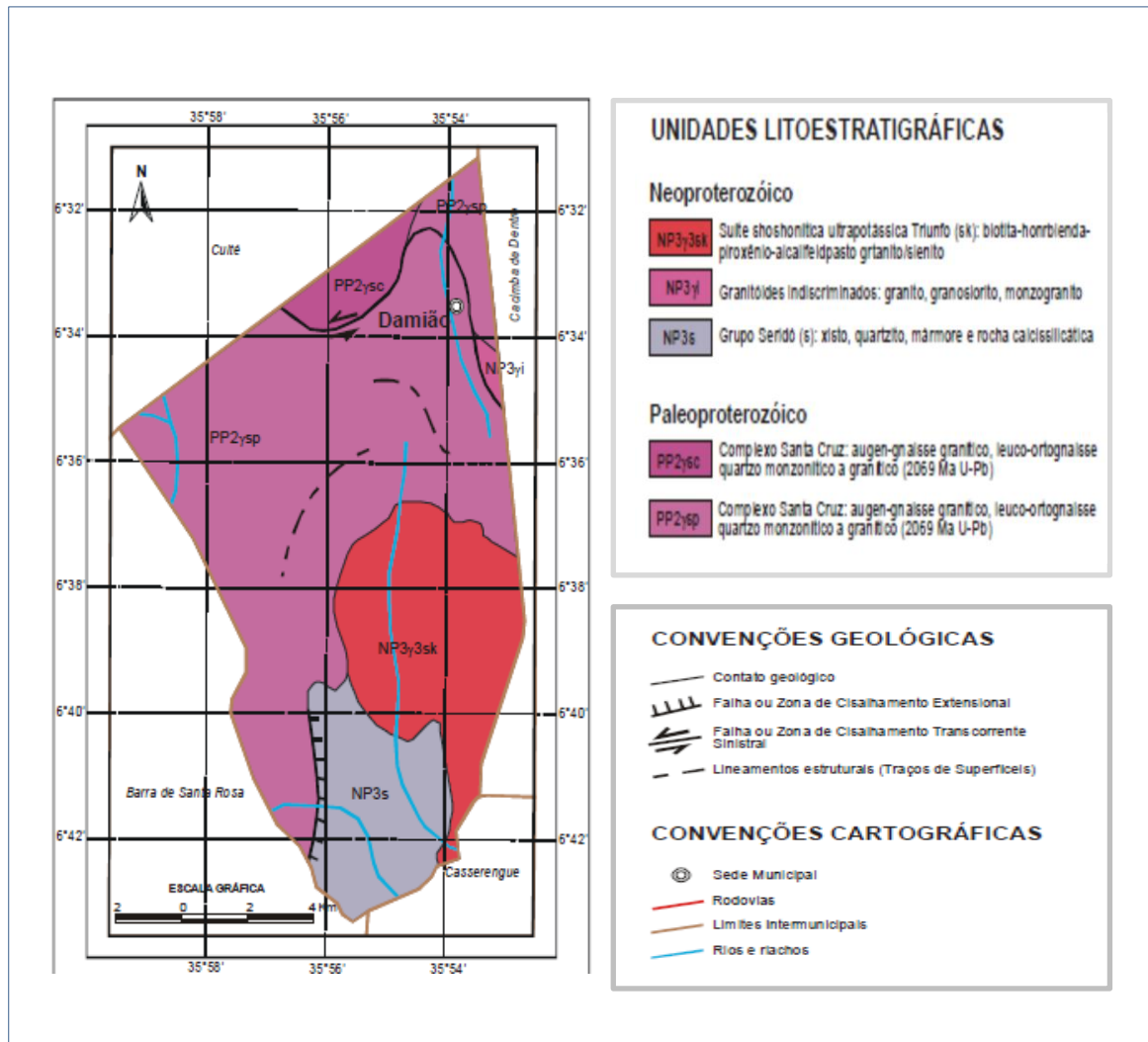


Figura 03: Mapa geológico de Damião/PB.
Fonte: CPRM, 2005 (adaptado).

O relevo do município é caracterizado pela unidade geambiental dos Serrotes, Inselbuergues e Maciços Residuais, no qual apresenta altitudes de 200 a 500 metros, que compreendem elevações comumente formadas por grandes penhascos rochosos, que ocorrem em algumas áreas das planícies dos sertões nordestinos (CPRM, 2005).

Segundo o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável - PTDRS (2010), a cobertura vegetal local é de Caatinga Hipoxerófila, com pequenas áreas de Florestas Caducifólias de matas secas e úmidas, com clima semiárido quente, tipo BSw^h, na classificação de Köppen. As temperaturas mínimas variam de 18 a 22 °C, nos meses de julho a agosto, e as máximas entre 28 e 31 °C, nos meses de novembro e dezembro, com a precipitação média anual da ordem de 750mm.

3.2 ASPECTOS HISTÓRICOS DO PROJETO DE ASSENTAMENTO SANTA VERÔNICA DAMIÃO/PB

O processo histórico de formação do Assentamento Santa Verônica começa em 08 de fevereiro de 1999. A propriedade, antes pertencente ao Sr. João Laércio Gigliard Fernandes, era denominada Fazenda Santa Verônica, que tinha como responsável o caseiro Sr. João Targino da Silva (popularmente conhecido como seu Bastinho), que fazia as vias de administrador da fazenda, uma vez que a ausência do mencionado dono era recorrente e este realizava visitas remotas à fazenda.

Segundo o presidente da Associação do Assentamento, o Sr. Severino Silva, o início do processo se deu, a partir da iniciativa que algumas famílias tiveram em enviar o pedido de vistoria da propriedade ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a fim de consolidar uma perspectiva ascendente de “ocupar” as terras da fazenda.

Em 06 de outubro de 1999 o INCRA enviou a informação que a fazenda seria vistoriada, e assim formula o laudo de avaliação do imóvel. Em 23 de janeiro de 2001 é emitido o mandado de emissão de posse da Fazenda Santa Verônica.

Cabe salientar que, apesar desta iniciativa, o processo de implantação do projeto de assentamento (PA) se deu de maneira passiva, em que o dono da propriedade fez a negociação junto ao órgão responsável, ou seja, o INCRA e a Comissão Pastoral da Terra (CPT), sem maiores transtornos para ambas as partes, uma vez que era de interesse do dono realizar a venda da propriedade.

Quando finalmente o INCRA tomou a posse da propriedade, o então Assentamento Santa Verônica, começou a receber verbas para os projetos de construção das casas, atualmente organizadas em forma de agrovila, onde estão construídas 50 casas e todas elas ocupadas (figuras 04, 05 e 06).



Figura 04: Planta do Assentamento Santa Verônica, Damião/PB.
Fonte: INCRA, 2002 (adaptado).



Figuras 05 e 06: Aspectos das residências construídas na Agrovila do Assentamento Santa Verônica, Damião/PB.
Fonte: Fotos da autora, 2012.

É importante dizer, que no momento das nossas visitas à agrovila, duas casas do assentamento estavam organizadas para receber novas famílias, filhos dos próprios assentados, que passariam a ocupa-las, assim como seus lotes ociosos,

restaurando a vida no campo e dando suporte para a estruturação dessas novas famílias.

Depois de alguns anos, o PA recebeu verbas para reforma das casas e outros investimentos como: verbas para compra de estacas, arame farpado, telas e animais (bois, vacas, ovelhas, etc.). Em 2002 o assentamento recebe o projeto de construção de cisternas, em 2004 o projeto de eletrificação da área, e mais recentemente, em 2009 o projeto de canalização da água para as casas do assentamento (figuras 07 e 08).



Figuras 07 e 08: Projetos de construção de cisterna e bovinocultura realizada no assentamento Santa Verônica, Damião/PB.

Fonte: Fotos da autora, 2012.

Podemos perceber, por meio das visitas “in loco”, que todas as casas do Assentamento Santa Verônica foram beneficiadas, principalmente, pelos projetos de construção de cisternas, energia elétrica e canalização da água. Tais beneficiamentos contribuem, apesar de todas as dificuldades vividas em comunidade, determinada segurança no que se refere ao abastecimento de água nos períodos de seca e luz elétrica para a comodidade das famílias residentes.

O PA também recebeu da Prefeitura do município de Damião uma pequena escola. A referida escola atende as crianças do assentamento que estão cursando escolaridade básica, do Pré I ao 3º ano fundamental I, com sistema de ensino seriado, ou seja, onde cerca de 30 alunos de diferentes anos dividem a sala de aula e professora (Figuras 09 e 10).



Figuras 09 e 10: Aspectos estereótipos da EMEF Francisco Dero dos Santos Filho, construída no Assentamento Santa Verônica, Damião/PB.
Fonte: Fotos da autora, 2012.

Conforme podemos observar nas figuras 09 e 10 a escola é bem pequena, possui uma sala de aula, dois banheiros (masculino e feminino), sala da diretoria e cantina. Segundo os assentados a escola é motivo de muitos transtornos para o assentamento, uma vez que a mesma se localiza em um lugar de perigoso acesso para as crianças, que precisam atravessar a rodovia que liga o município de Damião ao Distrito de Logradouro, trazendo deste modo, grandes preocupações para os pais que precisam estar atentos com as crianças.

3.3 DIAGNÓSTICO SOCIO-ECONÔMICO DOS TRABALHADORES DO ASSENTAMENTO SANTA VERÔNICA DAMIÃO/ PB

O diagnóstico socioeconômico do Projeto de Assentamento Santa Verônica foi realizado a fim de conhecer o perfil das famílias assentadas, assim como as expectativas de desenvolvimento de cada uma delas. Foram realizadas 30 entrevistas que representam uma amostra de 60% das famílias assentadas (Tabela 01). Das 30 famílias entrevistadas, 60% delas têm como representante uma pessoa do gênero feminino e 40% são do gênero masculino.

Tabela 01: Assentamento Santa Verônica, Damião, PB - Listagem das famílias entrevistadas e respectivos números de moradores por casa.

Nº	REPRESENTANTE DA FAMÍLIA	Nº DE PESSOAS NA CASA	Nº	REPRESENTANTE DA FAMÍLIA	Nº DE PESSOAS NA CASA
1	Francisca G. Alexandre	10	16	Antônio Ferreira da Silva	10
2	Francisco de A. Pontes	04	17	Marinalva da S. Fernandes	05
3	Eliene L. Pontes Gomes	04	18	Erinaldo da S. Nascimento	03
4	Mª Livramento S. França	06	19	Gracinetto F. da Paz	04
5	Selma Batista da Silva	06	20	Mª das Graças L. da Silva	03
6	Licinete Mª Pontes Silva	05	21	Antônio Rosa	03
7	Joaquim Freire da Silva	04	22	Mª Josilda da Costa	05
8	Rosinete Mª Pontes Cunha	05	23	Marineide Mª Alves	07
9	Nilvan Nascimento Soares	03	24	Mª Luzinete da C. Silva	04
10	Mª da Vitória M. da Silva	04	25	Milton Trajano da Silva	06
11	Wanderley do N. Soares	05	26	Vitória Raimundo da Silva	06
12	Antônio Firmino	02	27	Valdemar Nunes da Cruz	04
13	Josineide Mª das Neves	04	28	Mª de Fátima Nascimento	05
14	Francisca da S. Ferreira	09	29	Elizangela Freire da Paz	04
15	José Luis L. da Silva	05	30	Severino Manuel da Silva	04
TOTAL: 30					

Fonte: Pesquisa *in loco* (Set./Out., 2012).

O fato da maioria das famílias ser representadas por mulheres nos permite tecer os seguintes comentários: as dificuldades enfrentadas por esses trabalhadores em manterem-se nessas comunidades levam grande parte dos trabalhadores a praticar o êxodo rural, a fim de conseguir melhores condições salariais para atender as necessidades básicas de suas famílias, deixando muitas vezes mulheres e filhos à frente dos afazeres e deveres da vida no campo.

Com relação ao número de dependentes em cada residência, nota-se que esse número diminuiu bastante nas últimas décadas, ou seja, existe uma preocupação em manter a natalidade em equilíbrio. Além disso, temos que levar em consideração os familiares que já migraram para os meios urbanos ou já constituíram novas famílias.

É importante enfatizar que os diálogos naturais que aconteceram durante as visitas, e também no momento das entrevistas, foram indispensáveis para tomarmos conhecimento sobre algumas características das famílias, destacando principalmente as mudanças ocorridas com a implantação do assentamento.

Conforme fomos tomando conhecimento da área, observamos que no assentamento estudado os trabalhadores tem um tempo diferenciado de moradia, em que essa característica faz referencia ao tempo que as casas e lotes foram sendo ocupados nos primeiros anos do PA. Assim, os assentados foram questionados sobre o tempo de residência no PA (Gráfico 01).

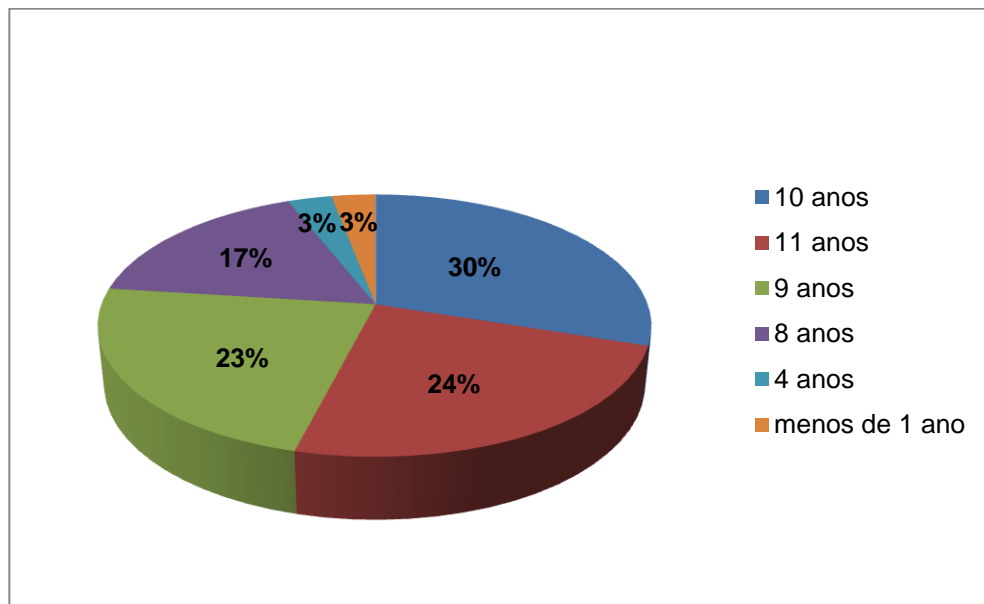


Gráfico 01: Tempo de moradia das famílias no Projeto de Assentamento Santa Verônica, Damião/PB.

Fonte: Pesquisa *in loco* (Set./Out., 2012).

Os números do Gráfico 01 revelam que a maioria dos entrevistados, 30% dos assentados vivem na área há 10 anos, outros 24% residem há 11 anos (tempo de implantação do assentamento), 23% deles residem há 9 anos, outros 17% vivem na área há 8 anos, mais 3% estão há 4 anos e outros 3% residem no assentamento a menos de um ano.

Esses resultados esclarecem que, apesar do assentamento ter uma quantidade relevante de moradores mais antigos, essas famílias que foram se fixando mais tardiamente são resultado dos abandonos e/ou desistências que foram ocorrendo ao longo da implantação do assentamento.

É importante dizer que alguns trabalhadores que foram assentados no PA já trabalhavam nas terras da fazenda Santa Verônica em regime de arrendamento. Os que desejaram fazer parte do assentamento foram cadastrados e assim inseridos no processo, conseguindo deste modo, os lotes e moradia no assentamento.

Nesta compreensão, saber os motivos que levaram os trabalhadores a morar no Assentamento Santa Verônica, foi um questionamento pertinente à pesquisa uma vez que também podemos identificar as perspectivas dos trabalhadores em relação à sua permanência na área do assentamento (Gráfico 02).

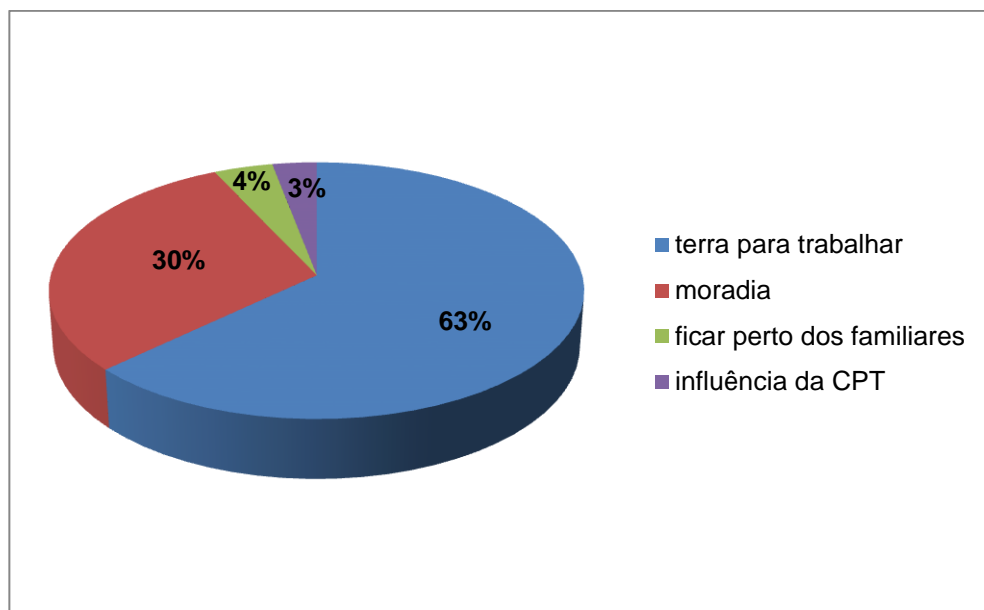


Gráfico 02: Motivos que levaram os entrevistados a morar no Assentamento Santa Verônica, Damião/PB.

Fonte: Pesquisa *in loco* (Set./Out., 2012).

A partir dos dados coletados e expressos no Gráfico 02, observamos que 63% dos entrevistados dizem que o principal motivo que os levou a morar na área foi a possibilidade de ter uma terra para trabalhar com maior segurança e tranquilidade. Outros 30% afirmam que o motivo maior foi a moradia, uma vez que muitos deles não possuíam casa para residir e ficavam a mercê da disponibilidade e boa vontade de outras pessoas. Também 3,5% dos entrevistados falaram que a causa que os levou a morar no assentamento foi a possibilidade de estar perto dos familiares, e outros 3,5% reconhecem que os motivos de se encontrarem no PA foi a influência de membros da CPT, que os levou a morar no assentamento e ter uma maior quantidade de terras para trabalhar.

Sobre a influência da CPT na vida no assentamento, um morador relata:

Eu vim para cá, mas não foi porque eu não tinha terra não, eu tinha uma terrinha, onde eu plantava e colhia umas coisinhas, mas era pequena. Eu vim para cá porque padre Luis perguntou se eu não queria morar pros lado cá onde a terra não estava tão cansada e podia colher mais e melhor. Ai eu disse que sim, ai eu vim mora aqui (MILTON TRAJANO DA SILVA, 43 anos, agricultor)⁴.

A fim de identificar a opinião dos moradores a respeito dos benefícios trazidos pelo assentamento para suas famílias, esses foram questionados sobre o assunto e identificamos os seguintes resultados (Gráfico 03).

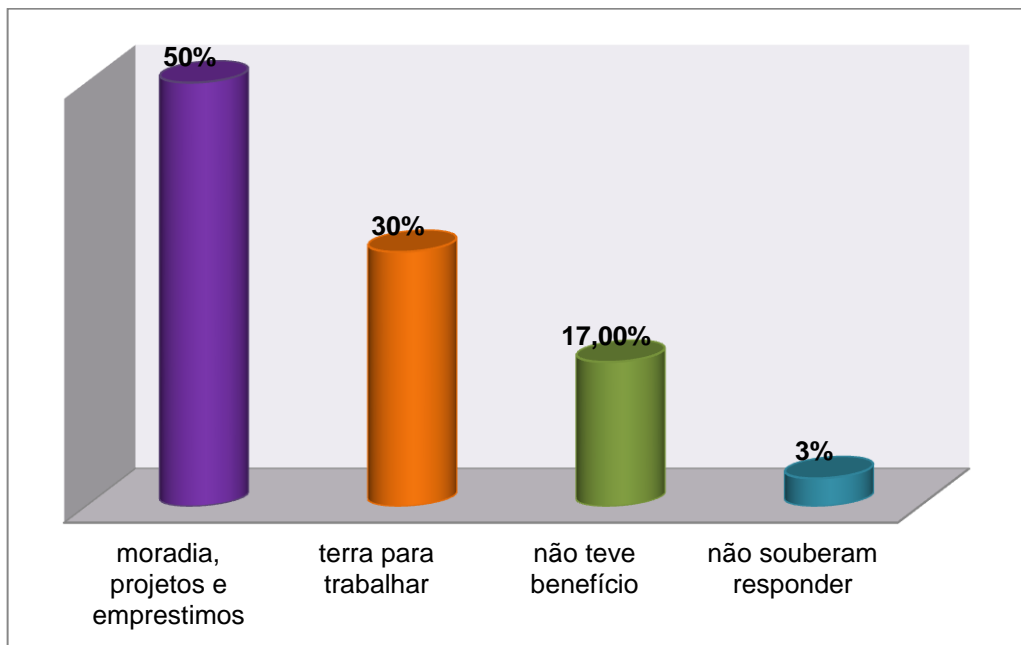


Gráfico 03: Opinião dos assentados sobre os benefícios trazidos pelo Assentamento Santa Verônica para as famílias do projeto.

Fonte: Pesquisa *in loco* (Set./Out., 2012).

Para 50% dos entrevistados disseram que a oportunidade de ter moradia fixa, projetos que beneficiam suas famílias e a possibilidade de ter empréstimos, foram os maiores benefícios trazidos pelo assentamento. Outros 30% dizem que o benefício maior adquirido foi a terra para trabalhar, 17,00% ainda disseram que não teve benefício, e outros 3% não souberam responder.

Esses dados nos expõem o quanto é importante a ajuda de investimentos em áreas de assentamentos, uma vez que a maioria dos envolvidos nestes projetos, (aqueles que tem um conhecimento e um vínculo maior com PA) entendem que é

⁴ Depoimento em arquivo digital. Declaração concedida pelo morador do assentamento durante as visitas a área de pesquisa.

através dos benefícios adquiridos que tornam possíveis o desenvolvimento das famílias, lhes proporcionando melhores condições de vida em comunidade.

Na perspectiva de cultivo e possibilidade de desenvolvimento econômico, tomamos conhecimento sobre as principais atividades agrícolas desenvolvidas pelos trabalhadores no PA Santa Verônica, em que esses foram questionados sobre sua produção envolvendo os diferentes tipos de cultura (Gráfico 04).

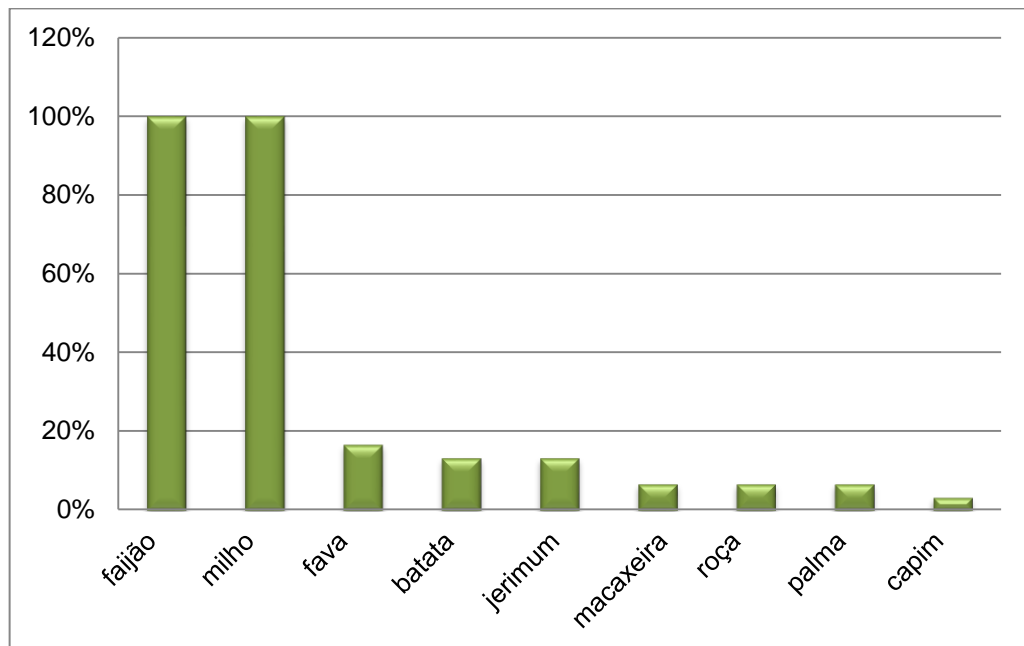


Gráfico 04: Principais atividades agrícolas desenvolvidas no Assentamento Santa Verônica-Damião/PB.

Fonte: Pesquisa *in loco* (Set./Out., 2012).

O Gráfico 04 nos mostra que, em sua maioria, 100% dos entrevistados, realizam em seus lotes o cultivo do feijão e o milho como principal produto para consumo e venda, quando assim se faz necessário. Outras culturas, tais como fava, batata, jerimum, macaxeira e outros, são produzidas pelos assentados, mas não se apresentam como prioridades, nos quais aparecem somente como plantio em pequenas quantidades.

Um tipo de cultivo realizado nessa região é a produção da palma, que consiste em um artigo importante para alimentação dos animais de áreas secas, porém percebemos que poucos declaram ter cultivado esse produto, uma vez que foram obrigados a se desfazerem de seus animais devido às necessidades financeiras provocadas pela forte estiagem.

Na categoria Renda Familiar Mensal, destacamos as dificuldades dos assentados em declarar uma quantia média mensal, uma vez que todos eles revelam ter sido um ano bem difícil, em que as condições climáticas, essenciais para o desenvolvimento da colheita, não foram favoráveis e muitas famílias não tiveram bons resultados. Neste sentido, questionamos os entrevistados sobre a renda média mensal da família assentada (Gráfico 05).

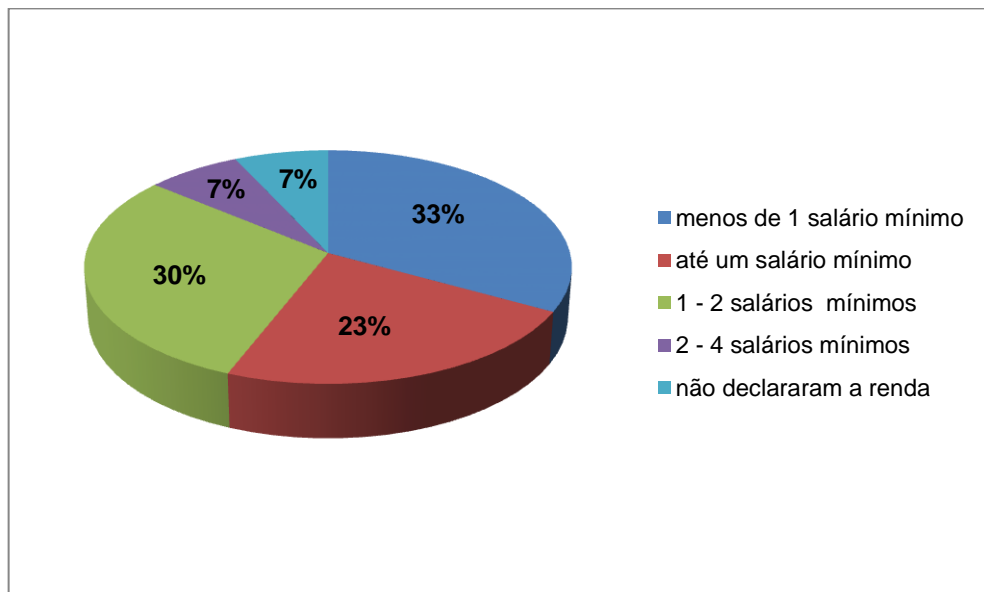


Gráfico 05: Renda Mensal das Famílias Assentadas
Fonte: Pesquisa *in loco* (Set./Out., 2012).

Observamos no gráfico 05 que 33% dos entrevistados declararam viver com menos de 1 salário mínimo mensal. 23% alegam até um salário mínimo. 30% afirmaram viver com 1 a 2 dois salários mínimos mensais. 7% declaram viver com 2 a 4 salários mínimos mensais e outros 7% não declaram a renda.

Sobre a renda mensal das famílias, é importante destacar que na parcela de entrevistados, retirando os 7% que não declararam a sua renda, aproximadamente 82% deles afirmaram que são beneficiados com programas de assistência do governo Federal como: bolsa família, Brasil carinhoso, seguro safra e bolsa estiagem. Essa característica indica a realidade de muitos brasileiros que encontram nesses programas assistencialistas meios para assegurar a permanências das famílias nessas áreas rurais.

Contudo, entendemos as dificuldades econômicas enfrentadas por parte destes assentados, uma vez que somente a prática da agricultura não consegue atender as necessidades dos trabalhadores, que são levados a vender a sua força

de trabalho, ocasionando a prática do êxodo rural, versando entre a agricultora e outras vezes o assalariamento.

Sobre a prática do êxodo rural, um assentado relata:

A agricultura não é uma coisa certa, a gente nunca sabe o que vai conseguir colher. Esse ano não conseguimos tirar nada (...) eu cheguei faz pouco tempo de fora, mas já tô pensando em voltar, não tem condições de continuar aqui, pois não tem nada pra gente fazer. Quando passa o inverno e agente precisa dar de comer as crianças aí o jeito é ir procurar trabalho em outros lugares. (JOSÉ LUIS LIMA DA SILVA, 32 anos, agricultor)⁵.

Por meio das conversas realizadas *in loco* percebemos que o êxodo rural é muito presente na área do assentamento, em que a maioria das famílias expõe ter algum parente (esposo, filhos, netos e outros) “vivendo fora”. Eles relatam que essas pessoas saíram principalmente para regiões do Sul e Centro-oeste do país à procura de emprego e melhores condições de vida para os que ficaram em casa.

Quando comparamos a situação do êxodo rural vivenciado no PA Santa Verônica com outros estudos já realizados em municípios paraibanos como Sítio Várzea Comprida em Pirpirituba (COSTA, 2004) e o Assentamento Nossa Senhora das Dores em Cacimba de Dentro (PEREIRA, 2009) identificamos que a prática do êxodo rural é fator muito presente no estado, uma vez que as dificuldades enfrentadas por essas comunidades envolvem questões ligadas, principalmente as complicações econômicas enfrentadas nos períodos de estiagem que afetam grande parte da população do campo.

Apesar de todos os problemas relatados pelos moradores da comunidade, identificamos um alto grau de satisfação por parte destes assentados em que todos eles (100% dos entrevistados) foram enfáticos em dizer que estão satisfeitos com a vida no assentamento, expressando grande expectativa em continuar a morar e desenvolver suas atividades na parcela de terra conquistada.

⁵ Depoimento em arquivo digital. Declaração concedida pelo morador do assentamento durante as visitas a área de pesquisa.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os assentamentos rurais que tem suas origens fincadas na perspectiva da reforma agrária brasileira representa a busca de grande parte da população do campo que luta por políticas condizentes às suas necessidades, porém entendemos que esse processo representa apenas o primeiro passo na luta, uma vez que a criação destes núcleos (os assentamentos) precisa promover o desenvolvimento e a verdadeira modificação que essa medida representa.

A realidade vivenciada pelos trabalhadores do Projeto de Assentamento Santa Verônica evidencia questões muito presentes nos campos do Brasil, onde as dificuldades de produção, atenta contra os trabalhadores que lidam com condições climáticas difíceis no semiárido paraibano, sendo necessário criar estratégias e planejamento para enfrentar o problema das secas e consequentemente da produção da qual eles são totalmente dependentes.

Neste contexto, identificamos alguns problemas vivenciados pelo Assentamento, que segundo os trabalhadores, precisam ser ajustados com certa urgência, em que eles priorizam questões como saúde, educação, assistência técnica por parte dos órgãos responsáveis; melhor organização da associação de moradores, para aprimorar os benefícios adquiridos em comunidade; pavimentação da área da agrovila que proporcionaria uma melhor qualidade de vida; maquinários agroindustriais para assegurar maior tranquilidade para os trabalhadores nos períodos de plantação e colheita, além de outros que proporcionaria a melhoria da qualidade de vida desses assentados junto a toda a comunidade.

Ao analisar a situação dos trabalhadores no PA Santa Verônica, observamos uma forte ligação dos assentados com a terra, porém compreendemos que poucos são os subsídios oferecidos, no dado momento da pesquisa, para a permanência deles na área. Os programas de assentamentos oferecidos pelo Estado asseguram a esses trabalhadores o direito do morar na terra, porém as dificuldades de produção se concretizam como uma tarefa árdua do cotidiano destes trabalhadores.

Contudo, nota-se que a ligação existente entre esses assentados com a terra se prontifica como algo determinante para a vida destes trabalhadores, que tem na terra a esperança da perpetuação da sua família no campo, onde essa representa o único bem passível de ser deixado como herança para seus filhos.

A vida no assentamento, apesar de todas as dificuldades relatadas pelos trabalhadores, apresenta um elevado grau de contentamento, em que todos eles revelam a alegria de estar fazendo parte do PA onde eles podem, acima de tudo, morar, trabalhar e produzir, o pouco que lhes é possível, na terra conquistada.

Todavia, grandes expectativas norteiam a vida destes assentados. Acreditamos que muitas mudanças podem ser adquiridas em comunidade, porém esses trabalhadores precisam intensificar suas parcerias dentro do assentamento, entendendo que eles podem se ajudar, e acima de tudo de desenvolver por meio do trabalho coletivo o necessário para viverem de forma digna.

REFERENCIA

ANDRADE, Manuel Correia de. Modernização e Pobreza: a expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico social. São Paulo: Editora Universidade Paulista, 1994.

_____. Lutas Camponesas no Nordeste. 2 ed. São Paulo: Editora Ática, 2000, 65p;

_____. A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

ANDRADE, Tânia. Experiências concretas de mediação de conflitos agrários. In: BUAINAIN, Antônio Márcio (coordenador). Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

BERGAMASCO, Sônia Maria; NORDER, Luís Antônio Cabello. O que são assentamentos rurais. São Paulo: Brasiliense, 1996.

BUAINAIN, Antônio Márcio. Reforma Agrária por Conflitos: A gestão de conflitos de terras no Brasil. In: BUAINAIN, Antônio Márcio (coordenador). Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil. Campinas: Editora da UNICAMP, 2008.

CAUME, David José. Os assentamentos de reforma agrária: a construção de espaços sociais modelares. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo; Goiânia: Editora da Universidade Federal de Goiás, 2006.

COSTA, Maria Galdino da. Agricultura: a realidade do pequeno produtor rural do Sítio Várzea Comprida – Pirpirituba – PB. Guarabira, 2004. (Monografia) – Universidade Estadual da Paraíba.

COSTA, Francisco Fábio Dantas da. A dinâmica da organização do espaço na região do baixo Mamanguape – litoral norte do estado da Paraíba. Recife: 2010. (Tese Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco.

CPT. Comissão Pastoral da Terra. Disponível em: <http://www.cptnac.com.br/> acesso em 24/06/2011.

CPRM - Serviço Geológico do Brasil. Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea. Diagnóstico do município de Damião, estado da Paraíba. Recife: CPRM / PRODEEM, 2005.

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Disponível em: <http://www.urbanizacao.cnpm.embrapa.br/conteudo/uf/pb.html>. Acesso em 25 de maio de 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, Antônio Márcio (coordenador). Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

GIRARDI, Eduardo Paulon. Proposição teórico-metodológica de uma cartografia geográfica crítica e sua aplicação no desenvolvimento do atlas da questão agrária brasileira. Presidente Prudente: 2008. (Tese de doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia.

GOHN, Maria da Glória. História dos Movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros. 6 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/portal/> acesso em: 25 de abril de 2011.

LIMA, Edvaldo Carlos de. Os movimentos sociais de luta pela Terra e pela reforma agrária no Pontal do Paranapanema (SP): dissidências e dinâmica territorial. Unesp – Campus de Presidente Prudente, 2006 (Dissertação de mestrado).

MARTINS, José de Souza. Reforma agrária: o impossível diálogo sobre a História possível. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, São Paulo, 11(2): 97-128, out. 1999 (editado em fev. 2000);

MARTINS, Dora; VANALLI, Sônia. Migrantes. 6 ed. São Paulo : Contexto, 2004.

MENDONÇA, Francisco. Geografia Física: Ciência Humana? 6 ed. São Paulo: Contexto, 1998.

MOREIRA, Emilia de Rodat. Os Movimentos Sociais no Campo e as Conquistas da Classe Trabalhadora In: Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba. João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB, 1997.

MOREIRA, Emilia de Rodat F; TARGINO, Ivan; MENEZES, Marilda Aparecida de; SILVA, Richard M. da. Impactos da política agrária sobre a estrutura fundiária e a produção agrícola na zona da mata de Pernambuco. In: Globalização e movimento sustentável: dinâmicas sociais rurais do nordeste brasileiro. WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. São Paulo: Unicamp, 2004.

PEREIRA, Isabele Aparecida Gomes. Formação e implantação do assentamento Nossa Senhora das Dores no município de Cacimba de Dentro/PB. Guarabira, 2009, (Monografia) - Universidade Estadual da Paraíba.

PTDRS - Plano Territorial De Desenvolvimento Rural Sustentável. Território do Curimataú – PB, 2010.

PRADO JUNIOR, Caio. A Questão Agrária no Brasil. Apresentação por José Eli Veiga. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 2007.

SANTOS, Milton. Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial. 3 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

VEIGA, José Eli. O Que é Reforma Agrária. 14 ed. São Paulo: Editora Brasiliense - (Coleção primeiros passos; 33), 2007.

ANEXOS

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA
DISCENTE: MARIA MARCILIA SOARES VALERIO

Questionário/Entrevistas
Diagnóstico do assentado

Nome do assentado: _____ Idade: _____
Apelido: _____ Nº de membros familiares: _____
Principal atividade agrícola: _____
Lote: _____ Nº INCRA: _____
Profissão: _____ Sítio: _____

1. Há quanto tempo vive neste assentamento e o que lhe motivou a morar nele?

2. Quais os benefícios trazidos pelo assentamento?

3. Que atividades você desenvolve neste assentamento?

4. O lote é suficiente para desenvolver as atividades agrícolas?

6. Qual é a renda média retirada pelo assentado?

7. Qual a participação efetiva das instituições governamentais no assentamento e o que é oferecido para evitar o êxodo rural?

8. As condições oferecidas no Assentamento têm atendido as necessidades de sua família?

9. Você está satisfeito com a vida no Assentamento? Você acha que precisa melhorar alguma coisa?

(Adaptado de Isabele Aparecida Gomes Pereira)